

Plenária Nacional dos Servidores e Servidoras Federais marca primeira etapa de mobilização da categoria

Na última quinta-feira (27) o Sindsprev acompanhou a Plenária Nacional das Servidoras e Servidores Federais organizada pelo Fonasefe - Fórum das Entidades Nacionais de Servidores Públicos Federais com o objetivo de discutir e avaliar o percurso da luta pela recomposição salarial, já que os servidores públicos estão há mais de cinco anos com seus salários congelados.

O encontro contou com a participação do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), outras Centrais sindicais além do Sindsprev e também com parlamentares representantes da categoria.

A recomposição imediata de 19,99% é o maior objetivo da categoria. Esse índice é referente às perdas acumuladas desde o início do governo do presidente Jair Bolsonaro e corresponde ao período entre janeiro de 2019 e dezembro de 2021. Pela Fonasefe, David Lobão, do Sindicato Nacional dos Servidores da

Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) apontou os atos do dia 18 de janeiro no Banco Central e no Ministério da Economia, com os servidores protocolando pauta emergencial a ser cumprida pelo governo.

A Plenária de hoje, junto com o ato que vai acontecer no dia 2 de fevereiro, fazem parte da primeira etapa de mobilização. Depois, a jornada de luta em estado de greve, que vai do dia 14 a 25 de fevereiro, fará parte da segunda etapa. Se ainda assim, o governo não ceder para negociação, a greve nacional dos servidores e servidoras será realizada no dia 9 de março.

Segundo o consultor legislativo Luiz Alberto dos Santos, ao realizar uma análise técnica sobre a situação salarial, o último reajuste concedido aos servidores civis aconteceu no ano de 2016 por causa dos acordos firmados pelo governo Dilma. Ele explicou que o índice de reajuste em 19,99% é para repor as perdas inflacionárias de janeiro de 2019 a dezembro de 2021.

Para ele, há recursos existentes. O teto de gastos da Emenda Constitucional (EC) 95, que levou em conta os efeitos da EC 113 (precatórios), estipulou um limite máximo para despesa primária em 2022 de R\$1,6 bilhões. As EC 113 e 114 geraram um acréscimo de quase R\$113 bilhões em espaço fiscal adicional em 2022. Outro ponto é que só no Ministério da Economia existem R\$3,8 bilhões sem definição na reserva de contingência. Além disso, a arrecadação federal de impostos atingiu R\$1,87 trilhão em 2021.

Para esse ano, conforme afirma Luiz Alberto, é necessário que haja uma definição imediata da alternativa a ser adotada; estimativas de impacto financeiro; elaboração de anteprojeto de lei; alteração do Anexo

V da LOA para ampliação do limite; destinação de recursos. Até 10 de abril, proposta de revisão geral com reposição cheia, e depois dessa data, apenas a inflação do ano da eleição.

O Coordenador da Fenajufe, Fabiano dos Santos, ressaltou que a unidade dos servidores em 2021 impediu a votação da reforma administrativa (PEC 32/20) e defendeu a importância de avançar na construção de um calendário unificado em defesa do reajuste dos servidores e das reposições das perdas inflacionárias. Além disso, discutir sobre a recomposição salarial, confrontar a lógica da EC 95, revogar a reforma trabalhista e as sucessivas reformas da Previdência que atacam os direitos da classe trabalhadora.

CALENDRÁRIO DE LUTAS

- 27/01/22** – Plenária Nacional de mobilização dos servidores e servidoras públicos(as) federais;
- 02/02/22** – Atividade simbólica, como parte do processo de mobilização pela recomposição emergencial, em Brasília/DF, com faixação por todo o País nos órgãos e prédios públicos;
- 07 a 11/02/22** – Rodada de plenárias estaduais e atividades virtuais “Reposição emergencial para todos é todos: 19,99% já!”;
- 14 a 25/02/22** – Jornada de Luta em estado de greve;
- 09/03/22** – Greve Nacional dos(as) servidores(as) Federais.



AUMENTO DE ALÍQUOTA PREVIDENCIÁRIA - PÁG 3



Foto: Banco de imagens

CORTE DE ORÇAMENTO PARA O INSS - PÁG 4



Foto: Banco de imagens

Bolsonaro sanciona Orçamento de 2022 e confirma reajuste apenas a policiais

Foto: Blosé Cruz - Agência Brasil



O presidente Jair Bolsonaro sancionou, com vetos, o Orçamento de 2022, que havia sido aprovado em dezembro passado pelo Congresso Nacional. De acordo com a Lei 14.303, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 de janeiro de 2022, o total previsto é de R\$ 4,73 trilhões, com R\$ 1,88 trilhão direcionados para o refinanciamento da dívida pública federal.

O total de recursos vetados por Bolsonaro chega a R\$ 3,18 bilhões. Os dois ministérios mais atingidos pelos cortes promovidos pelos vetos presidenciais foram o do Trabalho e Previdência e o da Educação. A pasta que

tem como titular Onyx Lorenzoni ficou com R\$ 1 bilhão a menos do que o previsto. Deste montante, R\$ 988 milhões seriam do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A pasta da Educação, comandada por Milton Ribeiro, teve R\$ 802,6 milhões a menos após a sanção presidencial. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ficou sem R\$ 499 milhões, mais da metade do corte.

O ministério da Saúde, comandado por Marcelo Queiroga, também sofreu com o veto que chegou a R\$ 74,2 milhões, com R\$ 12,7 milhões retirados de ver-

bas de pesquisa e educação voltados para a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A pasta perdeu R\$ 40 milhões que seriam investidos em ações ligadas ao saneamento básico em comunidades rurais e tradicionais remanescentes de quilombos.

Também foram tirados R\$ 8,6 milhões do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), voltados para formação, capacitação e fixação de recursos humanos para o desenvolvimento científico. Além disso, R\$ 859 mil para o fomento de projetos de pesquisa e desenvolvimento científico que seriam promovidos

por meio do CNPq foram suprimidos.

Mesmo diante de cortes de verbas federais importantes e depois ter tentado desmobilizar os servidores públicos, Bolsonaro manteve a promessa de reajuste apenas à categoria dos policiais, com uma reserva de R\$ 1,7 bilhão. Enquanto isso, outras categorias de servidores públicos estão há seis anos sem receber aumento, amargando perdas salariais que chegam a 40%. Diante de tal afronta, vamos permanecer com o nosso calendário de mobilizações que vai culminar com a greve geral prevista para o mês de março.

Expediente

**INFORMATIVO EDITADO PELA SECRETARIA DE IMPRENSA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS
FEDERAIS EM SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Rua Marques de Amorim, 174, Boa Vista, Recife-PE.
CEP 50070-335.
Fone: (81) 2127-8333.
Site: www.sindsprev.org.br
E-mail: siprevpe@uol.com.br

Coordenação Geral: Luiz Eustáquio
Secretaria Geral: Irineu Messias
Secretaria de Imprensa e Comunicação: Silvaneide Márcia

Jornalista Responsável e Edição: Martihene Oliveira e Rosália Vasconcelos
Textos: Martihene Oliveira e Rosália Vasconcelos
Projeto Gráfico e Diagramação: Daniele Cardoso

Com salários congelados há cinco anos, servidores vão pagar mais nas alíquotas previdenciárias

Desde 2016 que os servidores públicos federais não têm seus salários reajustados, mas para aumentar os gastos e tirar ainda mais do bolso do trabalhador que já sofre tendo que dividir seu salário estagnado para diversos impostos, o presidente Jair Bolsonaro não exitou em manter suas ideias destrutivas. A Contribuição Previdenciária, antes da reforma da Previdência, era paga em alíquota única, independentemente de remuneração. No mesmo regime, quem ganhava mais, ou ganhava menos, contribuía para a Previdência Social em porcentagem igual. Após a reforma de Bolsonaro, com a Emenda Constitucional 103/2019, uma tabela de alíquotas progressivas entrou em vigor e es-



sas vão de acordo com a faixa salarial de cada servidor. Outro detalhe é que esse ajuste será feito anualmente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consu-

midor (INPC) apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Em 2021, o INPC acumulado fechou em 10,16%, se ele se adequar às novas re-

gras constitucionais, a CPSS sofrerá reajuste. A Portaria Interministerial MTP/ME nº12, do art.10 foi publicada no dia 17 de janeiro. Ela estabelece o reajuste de contribuição em 10,16% e divulga a tabela de desconto progressivo que lhe será aplicável a partir de agora. Justificar essa “cobrança maior para quem ganha mais” pode passar despercebível em uma tabela progressiva, contudo, para especialistas no assunto, essa medida se configura em confisco de bens dos servidores públicos, já que somada ao imposto de renda, a contribuição previdenciária ultrapassa a capacidade de contribuição do servidor e ofende o princípio da vedação de qualquer tributo com efeito confiscatório (art. 150, VI CF).

Servidores da Anvisa vêm sofrendo ataques do governo Bolsonaro

A Anvisa completou no dia 26 de janeiro 23 anos de fundação e prestação de serviço ao país. No entanto, a agência vem sofrendo uma série de ataques da parte de quem deveria ser a primeira a defendê-la: o governo Bolsonaro. Isso tudo em meio a uma crise sanitária sem precedentes em que o Brasil está mergulhado e os profissionais de saúde estão à beira da exaustão.

Diante do cenário e para mostrar sua insatisfação, na semana passada, durante os atos comemorativos pela fundação da Anvisa, os servidores públicos lotados na agência organizaram um ato virtual “Por uma Anvisa Forte, Independente e Científica!”.

Com atuação decisiva no combate à pandemia, pautada pelo rigor científico, a agência passou a ser alvo de tentativas de interferência, bem como seus servidores vêm sofrendo ameaças por parte de grupos antivacina. Por isso, defender a autonomia técnica e a independência funcional da Anvisa nunca foi tão importante como agora.

“É o olhar atento e vigilante da sociedade que garantirá o respeito às prerrogativas do órgão, aos seus servidores, bem como o devido investimento governamental para que a agência avance na missão de proteger e promover a saúde dos brasileiros com excelência”, disseram os servidores em nota.



Foto: Marcelo Camargo - Agência Brasil

Recentemente, nem mesmo o diretor presidente da Anvisa, o oficial general da Marinha do Brasil, Antonio Barra Torres, escapou da sanha predatória do governo Bolsonaro contra o povo brasileiro. Bolsonaro, em pes-

soa, questionou Antonio Barra Torres sobre qual o interesse da Anvisa em vacinar crianças de 5 a 11 anos. O presidente da agência é mais um indicado do governo genocida que não tem resistido ao fascismo e à ignorância.

Corte de orçamento de R\$1 bilhão para o INSS determina fim de benefícios e aposentadorias

A Previdência Social paga, hoje, 36,4 milhões de benefícios ao mês em todo o Brasil. Nesse grupo estão incluídos o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os benefícios assistenciais como BPC/LOAS. O que representa cerca de R\$778 bilhões a mais na economia do país.

A maior parte desses benefícios é das aposentadorias, elas correspondem a 21,8 milhões. Além disso, benefícios como pagamento de pensões, auxílios doença e salário-maternidade também são disponibilizados para mais de 100 milhões de trabalhadores, ligados ao INSS. Em casos de necessidade,

eles têm no órgão a garantia de sustento através de seus benefícios, contudo, mesmo com toda a relevância do órgão para o País, o presidente Jair Bolsonaro cortou verba de R\$1 bilhão no Orçamento de 2022, dinheiro que seria destinado ao INSS.

A instituição que já está sucateada, com péssimas condições de trabalho para servidores e beneficiários, enfrenta dificuldades como o abandono do parque tecnológico, com seus sistemas inoperantes que saem do ar com frequência, atrasando mais ainda os processos em fila de espera. Essas filas também se formam em torno de quem aguarda pelo resultado de seus benefícios



Foto: Banco de Imagens

com prazos de 90 a seis meses, que passam facilmente por 1 ano até conseguirem ser aprovados.

Uma luta frequente da categoria é para que haja o retorno dos concursos públicos. De 2016 até agora, mais de 50% dos servidores do INSS se aposentaram, aumentando a sobrecarga de

atividades para os colaboradores que permanecem. Outra reivindicação é para que as agências da Previdência passem a atender também presencialmente, evitando que beneficiários do INSS que não possuem acesso fácil à tecnologia, fiquem à mercê de lan houses, advogados ou despachantes.

PEC dos Combustíveis é solução eleitoreira para problema econômico estrutural



Foto: Banco de Imagens

A chamada PEC dos Combustíveis, que o governo está elaborando a pretexto de conter a alta descontrolada dos combustíveis, é uma tentativa de solução política e eleitoreira, enquanto o problema concreto é econômico e estrutural. A proposta de emenda à Constituição, com que Bolsonaro quer reduzir ou “zerar” impostos sobre gasolina e diesel, encontra resistências até entre membros do governo. Mas, neste caso, por ofender os princí-

pios neoliberais do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Economistas dizem que a questão é delicada. Isso porque o custo de cortar tributos para reduzir o preço na bomba é alto tanto para os governadores como para a União. E o sacrifício de abrir mão da arrecadação não proporcionaria um benefício tão significativo para o consumidor.

Seria necessário discutir uma nova política de preços, que até poderia envolver

uma questão tributária, mas, fundamentalmente, precisaria pensar formas de estabilização frente à volatilidade dos preços internacionais da taxa de câmbio e do próprio petróleo. Uma ideia seria criar um fundo de estabilização, como proposto no PL1.472/21, do senador Rogério Carvalho (PT-SE).

A proposta, cujo relator é o senador Jean Paul Prates (PT-RN), cria um imposto sobre a exportação de petróleo bruto, que alimentaria o Fundo de Estabilização. Desse modo, os preços internos praticados por produtores e importadores teriam como referência as cotações médias do mercado internacional, os custos internos de produção e os custos de importação.

A PEC dos Combustíveis pode incorporar a ideia de um

fundo, mas não se sabe ainda como seria a sistemática. Desde 2016, com o governo Temer, o preço dos combustíveis pago pelos brasileiros é atrelado ao dólar e reajustado de acordo com o mercado internacional. A política, hoje, não é por acaso: ela favorece os acionistas, que auferem lucros bilionários com a alta dos combustíveis. Com o desmonte ou a privatização fatiada da Petrobras desde Temer, e a venda da área de refino e distribuição, reduziu-se a capacidade da estatal de fazer preço.

Além disso, zerar impostos vai totalmente contra a agenda ambiental contemporânea, ao baratear um combustível fóssil, poluente, quando os principais países do mundo estão discutindo baratear as alternativas verdes e encarecer as poluentes.